

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA DIANTE DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA APAE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cynthia Fialho Campos¹
Júnia Aparecida Portes¹
Maria Isadora de Fátima Oliveira Carvalho¹
Vitória Mendes Machado¹
Sirlon Martins da Silva²

sirlonsemiotica@hotmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A rede APAE, integra a sociedade civil em concomitância retórica com a sociedade política, sendo responsável por realizar a Educação Especial. O objetivo desse trabalho é intervir na percepção dos familiares dos alunos com deficiência para que possam reconhecê-los como seres dotados de potencialidades e capazes de gerir suas vidas, mesmo que necessitem de auxílio. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que fez parte do cumprimento da disciplina Fundamentos da Psicologia Escolar do curso de Psicologia da Faculdade Univértix, por meio de pesquisa na APAE, utilizando de entrevistas com os funcionários, foram recolhidas informações que direcionaram a não aceitação e falta de empenho da família no processo de reconhecimento dos alunos enquanto autônomos.

PALAVRAS-CHAVE: APAE; Autonomia; Pais; Alunos com Deficiência.

INTRODUÇÃO

Considerando que, em meados do século XVI, deu-se início a educação especial, evidencia-se que, os deficientes, antes vistos como sinônimo de desgraça social, começam a receber um olhar diferente por parte de uma parcela, ainda pouco significativa, da população (DUPIN, SILVA, 2020). Anos mais tarde, intitulada no Brasil como um atendimento institucionalizado, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, que impõe como dever "atendimento educacional

¹ Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix de Matipó - MG

² Especialista em Educação, Educação Inclusiva e Neuropsicopedagogia. Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix – Matipó – MG

especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", de acordo com o artigo 208, inciso III, entende-se um avanço significativo da visão popular em relação aos portadores de deficiência (BRASIL, 1988).

Nesta modalidade haverá sempre que necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial, ademais, o atendimento educacional será realizado por meio de classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, sendo esses a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (LDB, 2017).

Enquanto instituição constituinte do Estado, a Rede APAE - Associação de Pais e Filhos dos Excepcionais, nascida na década de 50, integra a sociedade civil em concomitância retórica com a sociedade política, constituindo de acordo com Melo e Silva (2015), "um terceiro setor que influencia as políticas públicas para as pessoas com deficiência".

Atualmente, no Brasil, foram criadas diferentes leis com o objetivo de garantir o exercício da cidadania, assim como, a inclusão das pessoas com deficiência. Exemplificando, a Lei nº13.146/2015 apresenta-se como promotora da consolidação desses direitos, ao estabelecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência. De outra forma, a inclusão, independente de qual seja, necessita de uma ação individual da pessoa que é incluída. Logo, a influência da família nesse processo de promoção da efetivação de projetos individuais e de amparo na evolução da autonomia da pessoa com deficiência, é primordial (CRUZ, MORI & HESPANHOL, 2021).

O presente trabalho é fruto de observações feitas na APAE juntamente de entrevistas com os funcionários, em prol da realização de uma intervenção no âmbito educacional. Buscou-se identificar a presença de demandas que se relacionam ao contexto da instituição, de modo que, dentre as informações

recolhidas, evidenciou-se a não aceitação e falta de empenho da família no processo de reconhecimento dos alunos enquanto autônomos.

A hipótese para o trabalho em questão, é que a relação entre familiares e alunos influencia diretamente no processo de aprendizagem dos mesmos. De forma que, a não aceitação dos familiares gera déficit na capacidade de desenvolvimento dos alunos.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar a percepção dos familiares das pessoas com deficiência para que possam reconhecê-los como seres dotados de potencialidades e capazes de gerir suas vidas, mesmo que necessitem de auxílio.

Trabalhos como estes são importantes para demonstrar que alunos com deficiência, quando bem direcionados, identificados em suas individualidades, são passíveis de evolução no âmbito escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Psicologia chega no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, como estudos de Medicina e Pedagogia. Na década de 50 surge o ensino superior na área, e na década seguinte, a normalização da profissão de psicólogos, com fortalecimento a Psicologia Escolar como uma área de atuação para este profissional (CARVALHO, 2017). Já nos dias atuais, os psicólogos escolares passam por um momento de conquistas por meio da vigoração da lei 13.935, promulgada pelo presidente Jair Bolsonaro em 11 de novembro de 2019. Essa lei garante a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica (SANTA CATARINA, 2021).

Apesar da história da Psicologia ser recente, ela tem sido marcada por mudanças paradigmáticas que refletem a tentativa de um possível rompimento com a teoria e a prática. Desde muito tempo, a Psicologia brasileira esteve vinculada à educação, de forma que essa mesma linha vem sofrendo mudanças em direção a novos referenciais. Entende-se que a Psicologia Escolar é um campo de produção

de conhecimentos, de pesquisa e de intervenção (ARAÚJO, 2020). O foco principal da Psicologia articulada na Educação é o atendimento aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, aos professores, funcionários e a toda equipe que faz parte desse âmbito (CARVALHO, 2017).

De acordo com Campos e Juca (2019), o psicólogo escolar vem superando tabus e o modelo de profissional voltado para a avaliação de aspectos psicológicos. Em consonância com a ideia, Antunes (2003) discerne que o psicólogo escolar vem se envolvendo cada vez mais na superação dos problemas educacionais e procurando criar possibilidades de elaboração para uma educação mais democrática e efetiva. É prescritível a ética nesse meio, não apenas a ética profissional, mas fundamentalmente a ética social no âmbito educacional.

Assim, sendo uma das vertentes na qual o psicólogo escolar atua, a Educação Especial, uma modalidade da educação escolar ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação). Como estabelece a Declaração de Salamanca (1994), a escola tem como dever o acolhimento de todas as crianças com deficiência, de modo que não se delimita apenas na inclusão dos deficientes, mas também dos superdotados, dos moradores de rua, das crianças que prestam trabalho infantil, da população nômade, de estrangeiros, ou seja, da população que é marginalizada pela sociedade.

Nesse sentido, as APAES são responsáveis por realizar a Educação Especial, sendo previsto no artigo 58, inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que a educação especial só poderá ser prestada quando “em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Segundo o último Censo Demográfico que ocorreu em 2010, quase 46 milhões de brasileiros que correspondem à 24% da população brasileira declarou tem algum grau de dificuldade em uma das habilidades investigadas sendo elas a de enxergar, ouvir, caminhar, ou subir degraus, ou possuem deficiência mental/

intelectual (GESSER *et al.*, 2019). Observando somente o estado de Minas Gerais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) por meio de uma pesquisa realizada em 2019 aponta que cerca de 9,5% da população possui algum grau de deficiência, como a dificuldade nas habilidades de enxergar, ouvir, se locomover, realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio. Com relação a divisão por faixa etária foi constatada que crianças de 2 a 9 anos de idade, 0,8% da porcentagem eram de pessoas com deficiência, dos 10 a 17 anos a porcentagem é de 2,4% (BERNARDES, 2021).

Nessa perspectiva, considerando essa ideia de integração e inclusão, onde a sociedade carrega consigo vertentes que se pautam na integração e não na inclusão efetiva dos alunos na escola regular, ao passo que, as pessoas com deficiência são quem se adaptam aos contextos educacionais e não o contrário, criando um sistema de exclusão, sendo constituída como uma falsa inclusão (FREITAS, 2019). Diante disso, a partir da dificuldade encontrada dos pais em matricular seus filhos nas escolas regulares, a APAE, apresenta-se como meio de integração dessa inclusão, visando a promoção de bem estar dos excepcionais (QUEIROZ *et al.*, 2018). Pode-se considerar então, que a maioria dos que se possuem algum grau de dificuldade, são diretamente direcionados para alguma APAE.

À vista disso, o atendimento educacional especializado, se diferencia do realizado em sala de aula comum, contudo, as atividades desenvolvidas tem função de efetuar a formação dos alunos visando independência dentro e fora da escola, sendo propiciadoras de autonomia, articulando-se assim, dentro da mesma proposta pedagógica do ensino comum. Em função disso, a educação especial em seu atendimento, deve fornecer programas que engrandeçam o currículo, assim como, códigos de comunicação e sinalização específicos, o ensino de linguagens, e assim por diante (BRASIL, 2008).

Considerando que, o âmbito familiar exerce total influência no desenvolvimento da pessoa com deficiência, faz-se perceptível que, os familiares, com o nascimento de uma criança com deficiência, ao terem que modificar a ideia de criança saudável idealizada, estão propensos a superproteção ou negligência desta, de modo que ambas impossibilitam sua autonomia. Para Cruz, Mori e Hespanhol (2021):

a maneira como as pessoas com deficiência são conduzidas por seus cuidadores, familiares, entre outros, colabora para a construção de sua autonomia e, conseqüentemente, essa influência mútua permite a aprendizagem desses conteúdos interacionais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que é conduzida quando se busca ofertar poder aos indivíduos afim de partilhar suas histórias, minimizar as relações de poder entre pesquisador e participante de um estudo e também, ouvir suas vozes. Além disso, a pesquisa qualitativa é importante para que se faça a compreensão de ambientes ou contextos onde aqueles que irão participar de um determinado estudo se encontram, retratando uma questão ou problema (CRESWELL, 2014).

O método padronizado de coleta de dados e de observação participante e tem como objetivo analisar um fenômeno social, os dados colhidos, obtidos através do método intuitivo e dialógico, sendo assim, as conclusões surgem a partir do diálogo com a população participante de pesquisa e pela intervenção que o pesquisador faz a partir dos dados obtidos (ABIB, HOPPEN & JUNIOR, 2013).

A instituição observada foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no estado de Minas Gerais, em um município da Zona da Mata, em prédio doado pela Prefeitura. Participando da pesquisa alunos, professores, diretora e demais funcionários da instituição, alunos do curso de psicologia e seus supervisores.

A estrutura física da APAE é formada por um pátio, uma sala para fisioterapia, uma sala para psicologia e fonoaudiologia, sala de recepção, sala para secretaria,

sala para rouparia, refeitório, cozinha, despensa, área de serviço, banheiros feminino e masculino, salão, bar e quatro salas de aula. A instituição tem um acabamento simples, não possui quadros negros nas salas de aula, há decoração de quadros pintados pelos alunos nas paredes, há também rampas para acesso às salas, do mesmo modo, cadeiras de rodas para locomoção de usuários, se preciso.

O período de aula pela manhã é constituído por 38 alunos, sendo 37 os que participam no horário da tarde. A equipe de professores é formada por 8 profissionais do Estado, 3 municipais e um mediador. As salas são separadas por série, sendo 6 turmas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental e 2 turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA inicial. A idade média da maioria dos alunos é de 20 aos 60 anos, sendo apenas 3 deles menores, com idade média de 8 aos 10 anos.

São alunos de baixa renda, seus pais, em sua maioria, são poucos instruídos e com baixo nível de escolaridade ou analfabetos. Em geral, os alunos são diagnosticados com autismo, Síndrome de Down, deficiência intelectual, dislexia, dentre outras. A maioria dos alunos possuem dificuldade na realização das atividades que lhe são propostas, de modo que quase todos eles não sabem ler, nem escrever.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No intuito de realizar uma intervenção no âmbito educacional, como, por meio de pesquisa na APAE, utilizando de entrevistas com os funcionários, foram recolhidas informações que direcionaram a não aceitação e falta de empenho da família no processo de reconhecimento dos alunos enquanto autônomos.

Nesse sentido, a intervenção foi realizada por quatro acadêmicas do 5º período de psicologia, com o intuito de intervir na percepção dos familiares dos alunos com deficiência para que possam reconhecê-los como seres dotados de cumprimento da disciplina Fundamentos da Psicologia Escolar do curso de

Psicologia da Faculdade Univértix potencialidades e capazes de gerir suas vidas, mesmo que necessitem de auxílio.

Inicialmente, foi pensado em como abordar o tema, decidiu-se então, realizar uma palestra direcionada aos pais dos alunos. Foram feitos convites para os pais, sendo entregues na instituição para que fosse distribuído aos alunos e entregue aos seus pais.

A palestra foi construída abordando os seguintes tópicos: Independência é a mesma coisa que autonomia? A relação família-escola e a importância de promover a autonomia dos usuários da APAE; Como desenvolver as potencialidades; A história de Nick.

Nessa perspectiva, iniciamos a palestra distribuindo mudas de suculentas para as pessoas ali presentes com o intuito de fazer uma analogia entre as plantas e os alunos da APAE. Tais plantinhas possuíam formas distintas, as quais exigiam cuidados diferentes umas das outras, cada uma delas desabrochava em um determinado tempo, assim como, cada um dos alunos possuem modos subjetivos de ser e com os devidos cuidados, tem capacidade de “desabrochar”, desenvolvendo-se e alcançando sua autonomia.

Referenciando Fernandes e Gama (2018), a proposta de desenvolvimento da autonomia diante dos alunos com deficiência é:

incluí-la no seu processo e dar-lhe a palavra para que fale e não apenas seja (mal) falada. É, ainda, insistir numa singularidade que dê lugar a seus impasses, não necessariamente como “fracasso”, mas como um caminho que abra as portas do desejo, a ser construído um a um... numa aposta que a vontade – como consequência - seja retomada...

Ademais, buscou-se discutir a ideia de independência e autonomia, retratando a diferença entre ambas. A autonomia se relaciona à capacidade de escolha sem interferência de outrem, por exemplo, decidir o que vestir, o que comer e onde ir. Já a independência diz sobre a capacidade de fazer as coisas por si só, exemplificando, ir em lugares, poder se vestir sem ajuda, dentre outros afazeres (BURNAGUI, ROSA & NASCIMENTO, 2016).

Sobre a relação família-escola, buscou-se ressaltar a importância de promover autonomia dos usuários da APAE e como fazê-lo, como, por exemplo, estimulando suas habilidades e competências, a despeito de eventuais limitações. Dessa maneira, cabe a Instituição preparar a pessoa com deficiência e sua família para saberem defender seus direitos, para a independência e autonomia. Efetivando assim, ações que visem conhecer as necessidades da pessoa com deficiência e de sua família, do mesmo modo, dificuldades e aspirações, objetivando construir estratégias de incentivo ao exercício da independência e da autonomia, assim como, valorização das mesmas (CAPISTRANO, 2018).

Com intuito de mostrar caminhos para o desenvolvimento das potencialidades, evidenciou-se a importância do estabelecimento de uma relação saudável com o estudante/filho para formação do seu autoconceito. Destarte, o autoconceito, de acordo com Fonseca *et al.* (2019):

pode ser definido como a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, i.e., as atitudes, os sentimentos e o autoconhecimento do sujeito relativamente às suas próprias capacidades, competências, aparência física e, ainda, aceitabilidade social. Ao passo que, essa compreensão a respeito de si mesmo se forma por meio de experiências que o indivíduo adquire mediante da família, da escola, e outros contextos sociais os quais o sujeito se insere (FONSECA *et al.*, 2019).

Por fim, procurou-se salientar por intermédio de relato de uma pessoa com deficiência por meio de um vídeo, a relevância da atribuição dada à família no cuidado e na promoção de autonomia da pessoa com deficiência.

Sendo assim, a família desempenha um papel fundamental, podendo estimular os filhos a serem autônomos através de gestos pequenos como, deixar que se sirvam sozinhos, auxiliar em alguma tarefa de casa e assim por diante. O desenvolvimento de autonomia pode-se relacionar também com a viabilidade de vivências adultas, no que se diz ao exercício de trabalho, para pessoas com deficiência (ROSA & DENARI, 2013).

Consequentemente, a família, por ser uma estrutura fundante no desenvolvimento da criança, mostra-se como recurso primordial para que se pense

na promoção de autonomia das pessoas com deficiência (CRUZ, MORI & HESPANHOL, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desta pesquisa é mostrar para os pais/responsáveis a importância de verem seus filhos como seres autônomos. Portanto, diante das citações descritas neste trabalho, juntamente com a intervenção realizada na APAE, podemos finalizar nosso estudo destacando que os responsáveis pelos alunos com deficiência influenciam no processo de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Dessa maneira, a intervenção realizada na instituição procurou frisar que as pessoas com deficiência precisam de motivação, tempo e paciência para conseguirem mostrar seus dotes.

É importante salientar que existem alguns pontos a serem verificados e algumas dificuldades apresentadas na APAE, que precisam ser melhoradas e implantados recursos, para que, de fato, tornem o ensino mais vantajoso. Embora, a instituição possua fatores positivos que são de grande relevância e reconhecidos por todos os envolvidos, dentro de aspectos gerais, percebe-se a falta de algumas práticas fundamentais para pessoas com deficiência, na tentativa de aprimorar as potencialidades dos mesmos.

Conclui-se que é necessário tomar providências, recomendando a participação afetiva dos pais juntamente com a instituição escolar a qual seus filhos se inserem, auxiliando assim, no combate às diversas causas que influenciam negativamente no desenvolvimento desse público, pois com ajuda do contexto familiar e dos profissionais da APAE, poderão possibilitar maior compreensão de tudo que está impossibilitando o desenvolvimento desse indivíduo. Para tanto, ao viabilizarem a independência desse filho/aluno, ressaltando suas habilidades, aprimora-se o bem estar e a saúde mental e, física destes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M.A.M. (2003). **Psicologia e educação no Brasil: Um olhar histórico-critico**. Em M.E.M. Meira & M.A.M. Antunes (Orgs.). Psicologia Escolar: Teorias críticas (pp.139-168). São Paulo: Casa do Psicólogo.

ARAÚJO, C.M.M. (2020). **Psicologia Escolar e o Desenvolvimento de Competências: Uma Opção para a Capacitação Continuada**. Tese de doutorado não publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília - janeiro de 2008.

BURNAGUI, J.G; ROSA, M.P. da; NASCIMENTO, G.C.C. do. **Autonomia e independência: percepção de adolescentes com deficiência visual e de seus cuidadores**. . Autonomia e independência. Rev Ter Ocup Univ - São Paulo, 2016. jan./abr.;27(1):21-8.

CAMPOS, H.R; JUCÁ, M.R.B.L. (2019). **O psicólogo na escola: Avaliação da formação à luz das demandas do mercado**. Em S. F. C. de Almeida (Org.). Psicologia Escolar: Ética e competências na formação e atuação profissional (pp.37-56). Campinas, SP: Alínea.

CAPISTRANO, M.J.L. **A atuação do serviço social e a participação da família no acompanhamento dos usuários da APAE/Ceará-Mirim**. Lira Capistrano. - 2018.

CARVALHO, T.O.de. **Atuação em Psicologia Escolar: o desenvolvimento de competências para a mediação da escolha profissional de adolescentes em São Luís- MA**. 2007. 181 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) -Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3213>.

CRESWELL, J.W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa [recurso eletrônico]: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Penso, 2014.

CRUZ, E.J.S. da; MORI, V.D; HESPANHOL, C.R.C. O papel da família na construção da autonomia da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Apae Ciência**, v. 15 n°. 1 - jan/jun - 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DUPIN, A.A.S.Q; SILVA, M.O. da. **Educação especial e a legislação brasileira: revisão de literatura**. Scientia Vitae | Volume 10 | número 29 | jul/set. 2020.

FERNANDES, M.C.M.O; GAMA, J.F.A. **Vontade, desejo e fracasso escolar: inclusão ou exclusão?** Universidade Católica de Pernambuco – III CINTEDI, 2018.

FONSECA, I. et al. **O autoconceito na população com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID) em Portugal: Revisão sistemática**. Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Estrada da Costa MB, 1495-687 Cruz Quebrada, Portugal - Análise Psicológica (2019).

FREITAS, C.R. de. **A inclusão de alunos surdos no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?** - Manaus, 2019.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

MELO, D.C.F. de; SILVA, J.H. da. **As políticas públicas de educação especial e a FENAPES sob o olhar gransciano**. II Colóquio de Educação Especial e Pesquisa: História, Política, Formação e Práticas Pedagógicas. Sorocaba, SP – abril de 2015.

QUEIROZ, I.C.P. et al. **Integração ou inclusão escolar na infância: um estudo sobre as práticas discursivas epistêmicas da psicologia e educação**. Centro Universitário – UNIVAG, 2018.

ROSA, F. D; DENARI, F. E. **Trabalho, educação e família: perspectivas para a pessoa com deficiência intelectual**. Revista Educação Especial | v. 26 | n. 45, | p. 73-90| Santa Maria, jan./abr. 2013.

SANTA CATARINA. **Guia Prático para a implementação da Lei 13.935/2019**. Sobre prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica em Santa Catarina. Santa Catarina, 2021.